

Grupo que revê anteprojeto elimina estabilidade

BRASÍLIA — O princípio da estabilidade no emprego foi suprimido do anteprojeto de Constituição pelo grupo que elabora um esboço de substitutivo para o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

O capítulo II, referente aos Direitos Sociais, foi um dos mais alterados pelos constituintes, que optaram por remeter grande parte dos dispositivos, aprovados na Comissão Temática, à legislação ordinária.

A Comissão da Ordem Social aprovou o seguinte dispositivo sobre o direito do trabalhador:

"A garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável."

A alteração feita pelo grupo propõe que o trabalhador "tem direito ao trabalho mediante relação de emprego duradoura e indeterminada".

A simples supressão do termo "estável" já abre esta questão polêmica para as negociações que serão desenvolvidas na Constituinte em torno do assunto, já que vai contra as reivindicações trabalhistas.

Entre as ressalvas à condição de estabilidade no emprego que na nova versão se transformou em duradoura e indeterminada (também contra as reivindicações das classes trabalhadoras) — foram introduzidas modificações importantes. Pelo

Foto de Gilberto Alves



Do substitutivo que este grupo prepara, não existem empregos estáveis

texto da Comissão da Ordem Social, o trabalhador só poderia ser demitido por "ocorrência de falta grave comprovada judicialmente".

Pela proposta do grupo de 32 parlamentares, fica dispensada a comprovação judicial.

Em outro trecho, ainda nas exceções para estabilidade, um item previa que o trabalhador só poderia ser demitido por "superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de

reintegração ou indenização, a critério do empregado.

O poder de decisão do empregado neste caso, previsto no último trecho do item, foi suprimido.

Também foi modificado o item que proíbe, por preceito constitucional, a irreducibilidade de salário ou vencimento. Pela proposta, essa possibilidade será prevista em lei ordinária.

Todo o item sobre as condições para o trabalho noturno foi igualmente

modificado. Enquanto a proposta da Ordem Social previa que o pagamento por essa jornada de trabalho seria superior à da diurna em pelo menos 50 por cento, independente de revezamento, sendo a hora noturna de 45 minutos, agora o texto diz apenas:

"O salário do trabalhador noturno será superior ao do diurno".

A jornada de trabalho é outra das questões polêmicas da Constituinte. O grupo também alterou a proposta da Comissão Temática. Enquanto lá estava previsto que a duração de trabalho não seria superior a 40 horas semanais, e não excedente a oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação, a nova versão diz o seguinte:

"Duração de trabalho não superior a 48 horas e nem inferior a 40 horas semanais, com intervalo para repouso e alimentação, salvo acordo ou convenção coletiva".

Além dessas modificações foram suprimidas as seguintes propostas:

Participação do trabalhador nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, que não prejudicará seus direitos adquiridos; a extensão aos trabalhadores domésticos dos direitos e garantias das demais categorias profissionais; a proibição do trabalho doméstico de menores estranhos à família em regime de gratuidade; e a culpa presumida do patrão.

Anistia para militares gera impasse entre militares, anistiados e partidos

BRASÍLIA —

O impasse na definição de uma proposta de anistia que agrada a militares, anistiados e partidos políticos será um dos mais sérios problemas a ser enfrentado pelo bloco interpartidário que busca propostas de consenso para os temas polêmicos da Constituinte. Ainda não há acordo sobre reintegração, acesso ao generalato e ressarcimento, o que impede a apresentação de uma primeira proposta sobre o tema na reunião do bloco interpartidário, às 9 horas de hoje.

Mas os integrantes deste bloco não estão encontrando dificuldades apenas em relação a este tema. Ainda estão em fase inicial as propostas sobre reforma agrária, área trabalhista, educação e definição de empresa nacional. Na reunião de hoje, no Senado, serão apresentadas conclusões sobre temas menos polêmicos, como saúde e previdência.

O Relator do Subgrupo da Anistia, Senador José Agripino Maia (PFL-RN), tem conversado com representantes de todos os partidos e recebido constantes visitas de militares e anistiados, mas ainda não existe uma proposta de consenso.

Os militares lavam as mãos em relação ao ressarcimento, afirmando que esta é uma questão do Tesouro, mas não aceitam a reintegração à tropa e nem o acesso ao generalato, como exigem os anistiados.

Agripino aceita as argumentações dos militares quanto aos problemas que seriam causados pela reintegração. Os oficiais superiores não teriam birô nem tropa para comandar, além de estarem desatualizados.

Porém, ontem mesmo ele recebeu novas informações. De acordo com representantes dos anistiados, se forem respeitados os limites estatutários de idade, somente podem reverter ao serviço ativo menos de 30 dos 417 oficiais cassados. Seriam promovidos ao generalato oficiais como Ruy Moreira Lima, que já tinham direitos adquiridos. Além disso, os que reverterem ao serviço ativo farão cursos de atualização.

Mas Agripino também faz restrições ao acesso ao generalato. De acordo com assessores parlamentares que estiveram em seu gabinete, a carreira militar vai até o cargo de coronel; os generais são escolhidos por um Conselho e, de uma turma de 120 formandos em escola militar, apenas dois chegam ao generalato. A inclusão de militares cassados nesses quadros, portanto, seria uma injustiça para com os demais oficiais.

Algumas novidades foram apresentadas nos últimos dias. Os Deputados Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e João Vasconcelos (PT-MG) querem que fique assegurada a reintegração dos operários demitidos por motivos políticos.

Diante do impasse, o Relator arrisca uma proposta de consenso: promoção dos cassados com a manutenção na reserva e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo afastamento do serviço. Ele admite que não pretende enfrentar os militares:

— Eu daria uma contribuição à Constituinte se procurasse o confronto com os militares? Isto não interessa ao País — afirmou.

A proposta sobre saúde, elaborada pelo Deputado Alceni Guerra (PFL-PR), prevê marcante interferência do Estado, mas sem criar embaraços à livre empresa. Ele propõe um texto enxuto, com o envio de muitas questões para a lei ordinária; estabelece a criação de um sistema oficial de saúde, com planejamento centralizado e execução descentralizada; vincula uma percentagem do orçamento da União para a saúde; dá liberdade ao setor privado, mas define a liberação de verbas públicas exclusivamente para o serviço público.

Na área de previdência, o Deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) propõe a criação de um Fundo Nacional de Saúde, com 30 por cento do orçamento da União e mais recursos dos Estados e municípios. Na educação, o Relator Miro Teixeira (PMDB-RJ) propôs que os recursos públicos deverão ser exclusivamente aplicados no sistema público de ensino. O Relator do Subgrupo da Reforma Agrária, Euclides Scalco (PMDB-PR), adiantou os temas polêmicos: função social da terra, desapropriação, imissão de posse e plano agrícola. Estabilidade, férias em dobro, jornada de trabalho, direito de greve e unidade ou pluralidade sindical são os temas polêmicos da área sindical.

Arinos faz a defesa do parlamentarismo

BRASÍLIA — Em seu primeiro pronunciamento na tribuna da Assembleia Nacional Constituinte, o Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) fez um discurso ontem defendendo o parlamentarismo. Com uma verdadeira aula de História, Arinos conseguiu atrair a atenção de todos os constituintes presentes — cerca de 130 — num raro momento em que o plenário permaneceu em silêncio. Nas galerias, apenas estavam 3 pessoas.

Ao criticar o presidencialismo brasileiro, Arinos afirmou que a filosofia política da época em que foi inaugurada a República era ditatorial, baseada no positivismo defendido na França por Augusto Comte. No entanto, segundo o Senador, os franceses não adotaram aquele ideário político de uma "ditadura esclarecida". Enquanto no Brasil foi adotada a "ditadura não esclarecida", Arinos,

a partir daí, passou a discorrer sobre as violências praticadas nos períodos governamentais que se seguiram à instauração da República.

— De cem anos de presidencialismo, assistimos a 54 de infâmia e miséria. Tivemos um Governo desprezível, irreconhecível e repugnante. Seria uma honra para mim que no fim da minha vida assistisse a Assembleia Nacional Constituinte aproveitar esta última oportunidade de fazer do nosso País o que ele não é, trazendo de volta o que há muito parece esquecido: a própria honra.

Aplaudido de pé, o discurso de Arinos foi o momento mais impor-

Foto de Gilberto Alves



Pela 1ª vez na tribuna, Arinos arranca aplausos

tante da primeira sessão extraordinária da Constituinte para o debate

de temas específicos. Ele também defendeu um referendo popular para a nova Constituição.

A primeira oradora, Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), começou o seu discurso com uma hora de atraso, porque a sessão anterior demorou a acabar e os deputados Del Bosco Amaral e Roberto Cardoso Alves, ambos do PMDB de São Paulo, fizeram questão de deixar registrados os seus protestos contra o sorteio promovido para a indicação dos oradores do PMDB.

Cristina defendeu o parlamentarismo e criticou o Presidente Sarney, por "não honrar seus compromissos com a Aliança Democrática e os que foram assumidos por Tancredo Neves". Em seguida, foi a vez do Senador João Menezes (PMDB-PA) defender o presidencialismo, enquanto o quarto a falar, o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) pedia o parlamentarismo.

Primeira sessão noturna começa com as galerias vazias e as senhas nas gavetas

BRASÍLIA — As sessões noturnas, destinadas aos debates temáticos dos temas mais polêmicos da Constituinte, começaram ontem com as galerias vazias, enquanto nas treze lideranças partidárias as "senhas" que vão controlar a presença do público no Congresso não saíram de dentro das gavetas dos líderes, por absoluta falta de procura por parte dos parlamentares ou de entidades civis. No final da tarde de ontem, apenas dois constituintes haviam solicitado convites: Antônio Perosa (PMDB-SP) pediu duas senhas para a sessão de amanhã, sobre Reforma Agrária, e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), para o próximo dia 20, quando será debatido o tema "Saúde e Seguri-

dade Social".

Apesar da Contag e da UDR terem anunciado participação maciça nos debates sobre a reforma agrária, até o final da tarde não haviam comunicado esta intenção aos líderes, aos quais caberá a distribuição de 438 convites para assistir às sessões. Por falta de informação, como explicam alguns, ou puro desinteresse, como querem outros, o fato é que, pelo menos até agora, os debates sobre o novo texto constitucional não possibilitaram que fosse colocado em prática o rigoroso esquema de controle e segurança montado pela Secretaria da Mesa da Constituinte. Nem as senhas, entregues ontem às lideranças — com a recomendação de cuidado, porque serão reutilizadas —,

nem a porta detectora de metais, para evitar que os convidados entrem armados, foram acionados. Os oito assistentes da sessão de ontem eram turistas, ocasionalmente de passagem pelo Congresso, e só tiveram suas bolsas revistadas pelos dois agentes de segurança de plantão.

Mas a partir de hoje a procura pelas senhas pode aumentar, o que obrigará aos líderes, especialmente o Senador Mário Covas, do PMDB, detentor do maior número de convites, a estabelecer critérios de distribuição. Ao PFL caberão 97 senhas, 30 ao PDS, 22 ao PDT, 17 ao PTB, 15 ao PT, 9 ao PL, 8 ao PDC e ao PC do B, 6 ao PCB e PSB e 4 ao PMB, de acordo com o critério de proporcionalidade.

Contag e ruralistas prometem esgotar a lotação amanhã, desta vez sem confronto

BRASÍLIA — Na noite de amanhã, quando o plenário debater a reforma agrária, trabalhadores e proprietários rurais estarão novamente disputando os espaços, agora reduzidos e controlados, das galerias da Câmara dos Deputados. Tanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) quanto a União Democrática Ruralista (UDR), prometem, cada uma, mobilizar em torno de 200 pessoas.

A estratégia das duas entidades é investir mais na mobilização de seus asso-

ciados a partir de setembro para o processo de votação do anteprojeto na Comissão de Sistematização. Amanhã, o objetivo da Contag é "observar o comportamento dos parlamentares", de acordo com seu Vice-Presidente André Montalvão. O da UDR é marcar presença, uma vez que, segundo o assessor Flávio Sabóia, "a situação é muito favorável" aos fazendeiros na Constituinte onde, até agora, o que foi aprovado sobre reforma agrária atende aos seus interesses.

— Não queremos compe-

tir com ninguém. Vamos fazer o nosso trabalho normal — disse Montalvão.

— Vamos ocupar as galerias democraticamente, deixando metade para o outro lado — afirmou Sabóia.

Aa duas entidades estavam ontem preocupadas em municiar parlamentares com informações e, também, providenciar, através de deputados que as apoiam, os cartões de acesso às galerias. Montalvão disse que os trabalhadores não têm "grande expectativa" em relação ao debate.